

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO – DCT**

Aviso (extrato) n.º 18008/2020, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 216, de 5 de novembro de 2020 – Código OE202011/0176 da BEP

**Resultados da Entrevista Pública e Proposta de Designação**

**Primeiro – Resultados das Entrevistas Públicas (EP)**

Os candidatos que a seguir se identificam foram notificados para a realização das Entrevistas Públicas (EP) que decorreram no dia 22 de janeiro de 2021, tendo obtido os seguintes resultados, conforme Fichas Individuais de Entrevista Pública, anexas à respetiva Ata e dela fazendo parte integrante:

Candidatos/as admitidos/as		Resultado da EP (valores)
1	António Alexandre Ferreira Pinto	16,00
2	João Nuno Moutinho Teixeira Vilhena Gusmão	14,00
3	Joana da Mota Freitas Cerqueira da Costa	10,00

Mais se informa que de acordo com o n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, “O procedimento concursal é urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados”, pelo que “não há efeito suspensivo do recurso administrativo interposto do despacho de designação ou de qualquer outro ato praticado no decurso do procedimento”, conforme n.º 14 do mesmo artigo.

**Segundo – Fórmula de classificação final**

Aplicada a fórmula de classificação final  $CF = (AC \times 30\%) + (EP \times 70\%)$ , os candidatos/as obtiveram a seguinte classificação:

Nome dos candidatos/as	AC	EP	CF
António Alexandre Ferreira Pinto	13,00 valores	16 valores	<b>15,10 valores</b>
João Nuno Moutinho Teixeira Vilhena Gusmão	13,50 valores	14 valores	<b>13,85 valores</b>
Joana da Mota Freitas Cerqueira da Costa	12,50 valores	10 valores	<b>10,75 valores</b>

### **Terceiro – Fundamentos da escolha**

Considerando que:

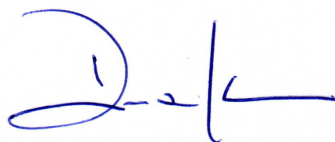
- a) O Júri do procedimento concursal para o provimento do cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, Chefe da Divisão de Conservação do Território – DCT, definiu na sua Ata n.º 1 os critérios de seleção a considerar na avaliação das competências técnicas e comportamentais;
- b) As competências técnicas foram avaliadas em sede de “Avaliação Curricular”, relevando para aquelas, as habilitações académicas, a experiência profissional em funções técnicas e em funções de direção ou coordenação, e a formação profissional em áreas técnicas e de direção e gestão/ liderança relevantes para o exercício do cargo;
- c) A *“aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo”* foi aferida pelas competências comportamentais previamente definidas, e que estas foram alvo de avaliação no método de seleção “ Entrevista Pública”;
- d) O candidato António Alexandre Ferreira Pinto, possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, para o provimento do referido cargo;
- e) O referido candidato revelou possuir a experiência e um conhecimento alargado e atualizado da dimensão profissional em questão, em particular ao nível das competências técnicas diretamente relacionadas com as atribuições previstas no Regulamento da Organização dos Serviços para a unidade orgânica em causa;
- f) Demonstra ainda um conhecimento total da estrutura organizativa da Câmara Municipal de Amarante, articulado a uma capacidade de liderança e de construção de equipas de trabalho coesas e motivadas;
- g) O candidato António Alexandre Ferreira Pinto, ao longo da Entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências profissionais, foi revelando uma boa orientação para o serviço público, uma forte responsabilidade e compromisso com o serviço, bem como, iniciativa e autonomia, planeamento e organização, análise da informação e sentido crítico e otimização de recursos, requisitos e perfil pretendido para o exercício do cargo;
- h) Aplicados os métodos de seleção, o candidato obteve a melhor valoração na classificação final – 15,10 valores;
- i) Se prevê, face ao acima exposto e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção aplicados, um desempenho de qualidade no exercício das funções inerentes ao cargo;

**Quarto – Decisão**

O Júri, ao abrigo do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à Administração Local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, delibera propor a designação do candidato **António Alexandre Ferreira Pinto para o cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Conservação do Território (DCT)** – por considerar que possui o perfil pretendido para a prossecução das atribuições e competências da referida Unidade Orgânica.

Amarante, Paços do Concelho, 22 de janeiro de 2021.

O Presidente do Júri,



Rui Manuel Moutinho Ferreira